

O SR. ED THOMAS - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente Jooji Hato, que daqui a pouco também ocupará esta tribuna, deputado Luiz Carlos Gondim, que assumirá a Presidência, quero parabenizá-lo pelo seu manifesto e, da mesma forma, o deputado Coronel Telhada. Cumprimento os trabalhadores e trabalhadoras da Assembleia Legislativa - falo sempre da minha gratidão -, os telespectadores da TV Assembleia, a TV da cidadania, os cidadãos do estado de São Paulo que nos visitam neste Parlamento. É muito importante os senhores estarem aqui.

Cumprimento todos, mas, neste Pequeno Expediente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, quero fazer um pedido especial ao secretário de Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, o digno secretário José Luiz Ribeiro. Quero falar da preocupação que este deputado tem sobre as demandas, apelos e pedidos que temos recebido.

Do que estou falando? Do fechamento dos PATs. Há um pedido especial da cidade de Adamantina, por meio dos vereadores da Câmara Municipal. É uma demanda que me foi entregue pelo vereador Galvão, pela presidente Dinha, pelos vereadores daquela cidade e pelo prefeito Pacheco, referente à preocupação com o fechamento do PAT.

Nós já batemos 12 milhões de desempregados. Com o fechamento desse instrumento, dessa ferramenta, que é uma ferramenta de oportunidades, o que é ruim se torna uma tragédia.

Preocupados com isso, nós conversamos com a gerente do Ministério do Trabalho e Emprego, Sra. Silvana Vianna, de Presidente Prudente, que é a minha região, a 10ª Região Administrativa, responsável por 54 municípios dessa região do Oeste Paulista.

O alerta que ela fez e a informação que ela nos deu foi de que o descrescimento de PATs se deve ao não atendimento da principal cláusula da parceria, ou seja, à falta de intermediação de mão de obra, que deve ocorrer tão logo o PAT receba e dê entrada ao seguro-desemprego. Ou seja, a partir desse período de seguro-desemprego, deve ser feita, com base nas aptidões do trabalhador e daquele que está desempregado, a inserção dele no mercado de trabalho, buscando-se, através de um credenciamento, uma nova oportunidade. E isso parece não ter acontecido.

Mas vai além: os PATs funcionam com uma estrutura pífia, muitas vezes com funcionários da Prefeitura Municipal. Então, vamos fazer um chamamento ao Governo do Estado em relação a essa responsabilidade. O PAT é grandioso, porque é grandioso o emprego. Estar desempregado é uma quase tragédia. E estamos vivendo isso. Se os PATs fecharem, acaba a oportunidade de inserção no mercado de trabalho. Fica lá, faz uma carteira de trabalho e depois? Onde é que está o emprego? Então, é uma função.

Venho fazer esse alerta, esse chamamento, em especial ao secretário do Emprego e Relações do Trabalho e ao digno governador do Estado, Geraldo Alckmin, pois precisamos muito dessa ferramenta para auxiliar o trabalhador a voltar ao mercado de trabalho, a ter uma vaga, uma oportunidade. Isso me preocupa muito, realmente.

Fica aqui, então, esse chamamento em relação à busca de vagas de trabalho. Que sejam oferecidas a esses trabalhadores, em especial aos da minha região, mas tenho quase certeza de que isso está acontecendo em todo o estado de São Paulo. Esse instrumento, essa ferramenta, não pode acabar. Precisa ter apoio.

Então, Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, governador Geraldo Alckmin, não vamos medir esforços. Vamos somar forças para que possamos manter abertos esses PATs, para que, acima de tudo, nosso trabalhador volte ao mercado de trabalho. É preocupante. Fica o apelo ao nosso secretário do Emprego e Relações de Trabalho do estado de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cássio Navarro. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Igor Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caríssimo deputado Luiz Carlos Gondim, que preside esta sessão, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores, venho a esta tribuna, hoje, porque estamos iniciando o momento em que as pessoas saem de São Paulo.

Férias escolares, calor intenso, verão. Muitos vão buscar um pouco de energia no litoral. Há poucos instantes, o deputado Luiz Carlos Gondim falou a respeito da Mogi-Bertioga, uma rodovia sobrecarregada, difícil de andar. São filas e filas. Pessoas que vão buscar um pouco de descanso ficam enfileiradas. Nesses veículos, há até pessoas da melhor idade, no sol escaldante, às vezes, sem ar condicionado. Ficam enfileirados, quando poderíamos, talvez, amenizar esta situação.

Já que o governo não tem condições de fazer a duplicação, até porque o Meio Ambiente também briga muito contra isso, já que não temos condições de agilizar o escoamento desses veículos para o litoral - e também no sentido contrário, na subida -, poderíamos fazer ou construir - em certos lugares já existe - a terceira faixa. Por alguns metros, de trezentos a quinhentos metros, vêm os veículos mais lentos, que não andam. Há pessoas que ficam na pista e andam a 40 km/h ou 50 km/h, e os outros estão obrigados a ultrapassar e sofrem acidente na ultrapassagem, como aconteceu com aquele ônibus.

Às vezes, os indivíduos ficam na Mogi-Bertioga, por exemplo - ou em outras rodovias - atropalhando o trânsito, quando ele podia colocar nessa pista, na terceira pista, ou até no acostamento.

Essa é uma luta nossa. Por que não liberar o acostamento da Rodovia Castelo Branco, de rodovias como a Raposo Tavares, a Anhanguera, a Bandeirantes, a Imigrantes? Aliás, na Imigrantes está liberado. Na pista ascendente está liberado o acostamento da Imigrantes. Na descendente, não está liberado, não sei porque.

Um trecho da Rio-Santos tem a liberação do acostamento entre Bertioga - na Mogi-Bertioga - até a Riviera. Antes, víamos sempre a liberação do acostamento na Carvalho Pinto. Se o acostamento é liberado nessas rodovias, por que não é liberado em outros locais?

Cheguei a falar com o governador e com o secretário dos Transportes. As pessoas falam assim: "Existe o perigo de haver acidentes". O acidente é em todos os sentidos: se não tem o acostamento e o cidadão não pode passar pelo acostamento, vai passar no sentido contrário, e sofre acidente da mesma forma, como sofreu acidente aquele ônibus na Mogi-Bertioga, ceifando várias vítimas estudantes que saíram de Mogi das Cruzes.

Reafirmo, mais uma vez, que há trechos na Rio-Santos onde não tem acostamento e eu falo que deveríamos colocar acostamento. Passando o restaurante Dalmo existe um rochedo onde não há acostamento. Então, lá é o local de ter acidentes. Lá não precisa ter acostamento e nós não podemos usar acostamento. E quando alguém usa acostamento, o caminhão fecha; há até particulares que fecham.

Tem gente que coloca uma roda do carro em cima do acostamento e a outra na outra faixa, para não perder vantagem: acha que quem está passando pelo acostamento naquele congestionamento está levando vantagem.

Então, é o caos, quando podíamos organizar, colocar essa circulação do acostamento a 30 km/h ou 40 km/h. Não vai dar acidente nenhum. Não vai dar. Dá muito mais acidente os indivíduos normalmente passarem pelo acostamento. Pior é isso. Muitos motoristas passam pelo acostamento, e o caminhoneiro joga o caminhão em cima, matando, às vezes, a família inteira.

Então, o governo tem que entender os usos e costumes; entender, sensibilizar-se e resolver o problema. Eu não acho que tem que fazer todos os dias, mas pelo menos em feriado prolongado, em época de férias, em época em que há congestionamento, eu acho que o governo deveria tomar medidas.

Eu peço isso ao governador Geraldo Alckmin. Estive com ele na reinauguração daquela travessia Guarujá-Bertioga, quando foi feita uma reforma no Ferry Boat. Pedi ao governador e ao secretário de Transportes na ocasião.

Mas, continuamos tendo acidentes nas ultrapassagens, porque há indivíduos que parecem jacaré: teimosos, ficam na pista, não dá. Às vezes, ficam a 30 km/h, e não tem jeito de ultrapassar porque a faixa é contínua e proibe ultrapassagem. Contudo, há indivíduos que arriscam a vida, como arriscou o motorista desse ônibus, e outros motoristas.

A Rodovia Mogi-Bertioga é perigosíssima. Precisava melhorar mais o acostamento fazendo com que aqueles carros mais lentos pudessem circular um pouco por eles e dessa forma dar passagem aos carros que circulam com velocidade maior ou igual a 70 quilômetros - que é a velocidade permitida por lei.

Mas tem indivíduos que são - como eu falei - que nem jacaré, pois eles ficam ao volante sem dar passagem, mesmo você tendo pedido passagem a eles. Eles poderiam até colocar uma roda em cima do acostamento, ou deixar a passagem livre, mas não fazem isso, porque são teimosos. "Ultrapassem se quiser, estou seguindo a lei; arrisque sua vida". E assim acabam provocando muitos acidentes, sobrecarregando dessa forma o Sistema Único de Saúde, as Santas Casas que não têm recursos suficientes para se manterem e que estão fechando por falta de verbas. Sobrecarregam também os hospitais municipais, estaduais que estão fechando por falta de recursos, que pagam mal a seus médicos, aos paramédicos e enfermeiros. E de repente nós não fazemos nada a esse respeito. Nós como legisladores temos que fazer isso, ou seja, liberar os acostamentos das rodovias.

Por isso, solicito o apoio de V. Exa., deputado Luiz Carlos Gondim, em nome da vida, em nome da qualidade de vida também, para que nós possamos liberar o tráfego pelo acostamento o mais rápido possível, como liberaram em outros locais.

Se é proibido circular no acostamento, porque não se proíbe em todos os locais? Por que é permitido em certo trecho da rodovia Rio-Santos, é permitido na Carvalho Pinto, na rodovia Imigrantes em alguns lugares e em outros locais não se permite circular pelo acostamento? Que se organize isso. São colocadas lá leis de diminuição da velocidade, a população é orientada nesse sentido e aqueles que querem andar a 20 ou 30 quilômetros por hora que o façam nesses locais, permitindo com que as pessoas andem a 80 ou 70 Km/h, como a lei de trânsito permite. O que não pode é deixar que esses motoristas atropalhem as pessoas que querem chegar mais rápido a seus destinos.

Apelo para que providências sejam tomadas nesse sentido em nome da melhor idade, em nome das crianças que sofrem, em nome daqueles que usam essas rodovias - que, infelizmente, já deveriam estar duplicadas - deveriam ter acostamento igual ao existente ao longo de toda a rodovia Castelo Branco, mas não tem.

Você pode circular no acostamento da rodovia Castelo Branco porque parece uma pista. Em Barueri, Itapevi, nessa região de Alphaville há congestionamento todo santo dia. São horas e horas perdidas por conta do congestionamento, inclusive com a poluição ambiental, com o consumo muito grande da energia. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

Deputado Jooji Hato, V. Exa. conhece bem a Mogi-Bertioga. Na realidade, há que ser feita uma operação descida e uma operação subida. Algo tem que ser feito pela prevenção da segurança e da saúde da população que circula por aquela rodovia.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Luiz Carlos Gondim, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, de volta a esta tribuna no dia de hoje quero continuar falando da criminoso reforma da Previdência que é representada hoje pela PEC 287, proposta de emenda constitucional protocolada nesta semana, na terça-feira próxima passada, pelo presidente Michel Temer, no Congresso Nacional, que representa um ataque, uma espoliação, um assalto ao dinheiro da Previdência do povo brasileiro. Esse projeto é tão perverso que obriga os trabalhadores a contribuir durante 49 anos para que o trabalhador possa se aposentar. Seja trabalhador ou trabalhadora, porque é uma proposta contra a mulher trabalhadora. As mulheres serão as mais penalizadas com essa reforma, porque ele iguala a idade mínima da aposentadoria para homens e mulheres, acabando com aquela diferença de cinco anos. É um governo logicamente machista, um governo que espolia também os direitos das mulheres que têm dupla ou tripla jornada de trabalho e isso não é considerado nesse projeto. Além de acabar com a aposentadoria especial da maior categoria profissional do Brasil, que é o Magistério. As professoras e os professores serão atingidos frontalmente, criminosamente pela reforma da Previdência. Aliás, todas as pessoas serão atingidas pela reforma da Previdência, porque haverá ali a retirada de direitos e benefícios que será quase que impossível uma pessoa se aposentar no País de agora em diante.

É o ajuste fiscal, primeiro a PEC 55, que o Governo pretende aprovar no Senado na próxima terça-feira, dia 13 de dezembro. Por isso que houve toda uma articulação entre o Congresso, o Executivo e o Supremo Tribunal Federal para manter o réu Renan Calheiros, que responde a dez processos do Supremo Tribunal Federal, na presidência, mesmo ele tendo desobedecido a uma decisão judicial do Supremo. Ele afrontou a lei, como um coronel, e não aconteceu nada, o Supremo se curvou a essa lógica do ajuste fiscal, com medo de que o vice, Jorge Viana, senador do PT, assumisse e não colocasse a PEC 55 em votação. Fizeram essa articulação para que ele continue na presidência, coloque a PEC 55 e seja feito o ajuste fiscal no Brasil.

Em um primeiro momento, eles querem aprovar a PEC 55. Agora, a reforma da Previdência. É isso o que está acontecendo hoje no Brasil. Por isso, até o Judiciário cedeu a essa lógica, colocando em risco a segurança jurídica do nosso País.

A reforma da Previdência tramita muito rapidamente na Câmara dos Deputados. Ela mal foi protocolada e o relator da PEC 287, deputado federal do Rio Grande do Sul, do PMDB, Alceu Moreira, de um dia para o outro, sem nem ler o projeto, já deu o parecer favorável. Ou seja, o Governo vai tentar aprovar a toque de caixa a reforma da Previdência. Ele tem pressa em agradar os banqueiros, os especuladores e os rentistas, o Governo tem pressa em bajular esse setor.

Ele já está colocando em prática uma política de austeridade fiscal, que só piora a situação do Brasil, não tira o Brasil da crise, mas aprofunda a crise econômica e social. Só que o Governo engana a população com propaganda na televisão, dizendo que a Previdência está quebrada, deficitária, está usando dinheiro público para enganar a população com várias inserções no horário nobre, fazendo essa propaganda para que a reforma seja aprovada, tentando ganhar a população para a reforma da Previdência.

Só que a população não é boba. Uma pessoa não vai conseguir contribuir 49 anos para ter aposentadoria integral no Brasil. Uma pessoa vai ter que se aposentar com 65 anos, enquanto que a expectativa de vida no Brasil, em muitas regiões, não chega nem a 60, dependendo da região, da situação econômica e da profissão da pessoa. É um absurdo. O projeto sinaliza para a impossibilidade da aposentadoria no País. Todos serão atingidos, uns mais, outros menos.

Nós fizemos, rapidamente, um debate sobre os servidores da Segurança pública. Ontem, houve uma grande audiência pública. O nosso Auditório Franco Montoro estava lotado de servidores da Segurança pública, que já fizeram uma grande mobilização em São Paulo. Quero parabenizá-los, porque estiveram aqui e fizeram uma grande mobilização contra a PEC 287, contra a reforma da Previdência.

Eu tenho certeza de que muitas manifestações ocorrerão em todo o Brasil, porque agora vai ter a materialidade do ajuste fiscal. A PEC 55, que eles chamam de teto, mas que para nós é a PEC da morte, a PEC da desigualdade social, a PEC que vai congelar os investimentos em Educação, Saúde, é uma "desconstituinte". Quanto a essa PEC, a população ainda não entendeu a gravidade da situação, mas aposentadoria é outra história, porque ela atinge todos os trabalhadores, todas as pessoas trabalhadoras, então tem uma materialidade. As pessoas vão se dar conta disso e nós vamos encher as ruas em todo o Brasil, nós vamos ocupar o Congresso Nacional, Brasília, para que essa proposta não seja aprovada.

É um absurdo a pressa com que o relator entregou. Uma das formas de barrar o ajuste fiscal, a aprovação da PEC 55 da reforma da Previdência, é ver os partidos que aprovam essas medidas do Temer, do capital, e dar nome a eles, dizer que eles são os traidores do Brasil, os partidos e os parlamentares.

Por exemplo, o Alceu Moreira, deputado federal do Rio Grande do Sul, do PMDB. A população tem que marcar o nome dele em um caderno, e também do partido. O PMDB não vai ter mais votos no Brasil na próxima eleição. É um partido traidor do povo brasileiro. Há muitos anos que é, mas a população que não se deu conta vai ter que anotar no caderno.

Cada estado vai fazer isso, para não reeleger os partidos e nem os seus representantes, além de obrigar os vereadores e deputados estaduais a pressionarem os seus partidos, para que eles também façam essa movimentação. É a única forma de deter a reforma da Previdência, a aprovação da PEC nº 55.

O PSOL é totalmente contra o ajuste fiscal. Nós estamos nas mobilizações, no Congresso Nacional obstruindo, e faremos isso para derrotar essa política de austeridade, que não vai resolver a questão econômica do Brasil, e nem a social. Ela vai aprofundar a desigualdade, vai aprofundar a crise, sobretudo a crise econômica, que não tem saída.

Todos os países que usaram essa austeridade foram à falência. Isso não resolve. A verdadeira reforma que nós defendemos é a taxação das grandes fortunas, das grandes heranças. Temos que taxar os lucros e os dividendos dos acionistas das empresas.

Temos que mudar a política econômica brasileira, fazendo auditoria da dívida pública. Não dá mais para manter o pagamento da dívida pública brasileira. Por isso deve haver auditoria da dívida, como determina a Constituição Federal.

Existe outra saída. Ai sim até vale algum tipo de sacrifício. Mas esse sacrifício imposto pelo governo não tem nenhuma utilidade, porque vai aprofundar ainda mais a crise.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, não poderia deixar de dizer aqui que ontem nós tivemos a audiência pública contra a reforma da Previdência aqui na Assembleia Legislativa, contra a PEC nº 287, mas nós organizamos também à noite uma outra audiência pública, com os aprovados no concurso da Defensoria Pública, tanto para o cargo de defensor quanto para outros cargos de apoio.

Nós realizamos várias audiências aqui, com vários segmentos de aprovados em concursos do estado, da Secretaria da Educação, do Metrô, da Sabesp, da Secretaria de Segurança Pública, da Defensoria Pública, do Ministério Público. Enfim, concursos que foram paralisados pelo Decreto nº 61.132.

Os concursos não foram paralisados. Na verdade, a chamada dos aprovados foi paralisada. No ano passado, o governador Geraldo Alckmin publicou um decreto dificultando a chamada dessas pessoas aprovadas. Nós, logicamente, imediatamente apresentamos o Projeto de decreto legislativo nº 4, de 2015, para anular o decreto.

Minto, é o PDL nº 11, e o Decreto publicado era o nº 61.466. O que eu citei anteriormente é o que proíbe o reajuste salarial, mas eu quero falar da questão dos concursos públicos.

Esse decreto nº 61.466 está inviabilizando a chamada das pessoas aprovadas nesses concursos. Nós vivemos uma situação em que precisamos de mais defensores públicos. Nós precisamos aumentar o quadro de apoio da Defensoria Pública.

A Defensoria Pública só tem 719 defensores, em um estado com 42 milhões de habitantes. Dos 645 municípios, apenas 135 contam com a presença da Defensoria Pública. É um absurdo total. Só 800 funcionários que trabalham na Defensoria Pública.

Então, a população carente, pobre, não tem acesso à Justiça, porque a Defensoria Pública mal foi implantada no nosso Estado.

Então, nós queremos que o governador autorize a chamada de mais defensores e mais servidores. É por isso que apresentamos o Projeto de decreto legislativo nº 11. O PDL visa anular o Decreto nº 61.466, dando autonomia para que cada secretaria chame os servidores necessários ao preenchimento dessas vagas.

Precisamos atender a população, não só na Defensoria, mas no Ministério Público e na Educação. Precisamos chamar os professores PEB I, que ainda não foram chamados. Ontem cobrei do secretário da Educação, na Comissão de Educação, que houvesse a chamada imediata não só dos professores PEB I, mas também dos aprovados para outros cargos. Há cargos de analista para secretaria.

A parte administrativa também está totalmente abandonada pela Secretaria da Educação. Faltam funcionários. Os processos dos professores estão paralisados nas diretorias de ensino e na burocracia da Secretaria da Educação por falta de funcionários. Isso é um absurdo. Houve concursos. As pessoas foram aprovadas, mas não são chamadas.

Também já cobramos da Secretaria de Segurança Pública que faça a chamada imediata dos aprovados para os cargos de delegado de polícia, escrivão e investigador de polícia. Também houve um concurso importante na Polícia Militar para o cargo de oficial administrativo. Cinco mil pessoas foram aprovadas e estão esperando ser chamadas para trabalhar na administração da Polícia Militar, liberando os policiais para combater o crime em São Paulo.

Mas o governador não chama, porque esse Decreto nº 61.466 está barrando a chamada. Quero fazer um apelo aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas para que possamos aprovar, em caráter de extrema urgência, o nosso PDL nº 11, de 2015, para que sejam realizadas, nas secretarias, as chamadas dos aprovados para os concursos já realizados.

Houve edital, os concursos foram feitos dentro da maior lisura e dentro da legislação vigente. As pessoas estudaram, os candidatos se esforçaram, fizeram sacrifícios e se organizaram para assumir esses cargos no serviço público. Agora foram traídas pelo governo, estão totalmente sem perspectivas. É um absurdo!

A solução, neste momento, é a revogação do decreto. Faço um apelo ao governador para que chame os professores, os servidores da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Sabesp e do Metrô. Precisamos atender a população com qualidade. Para isso precisamos de servidores. Até mesmo o Tribunal de Justiça não consegue chamar os escreventes. Houve dois concursos, um em 2013 e outro em 2014, mas ainda não se chamou quase ninguém. Então, peço o apoio dos deputados para que, antes do término do ano e da aprovação do Orçamento, nós possamos votar o nosso PDL.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se hoje, às 20 horas, com a finalidade de "lançar o livro Mobilidade Urbana no Brasil", e da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de "homenagear a Polícia Militar do Estado de São Paulo pelos seus 185 anos de existência".

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 44 minutos.

9 DE DEZEMBRO DE 2016 183ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CORONEL CAMILO
Secretário: CORONEL CAMILO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CORONEL CAMILO Informa que participara de solenidade em comemoração aos 185 de existência da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Faz comentário a respeito da não inclusão dos militares na proposta de reforma da Previdência. Pondera que o trabalho dos policiais tem especificidades que devem ser levadas em consideração para o estabelecimento de direitos. Discorre sobre os problemas enfrentados pelos policiais no exercício de sua profissão. Lê texto de Barack Obama sobre a importância dos militares.
3 - CARLOS GIANNAZI Tece críticas à chamada PEC do teto dos gastos públicos. Lamenta que o senado tenha terminado a discussão da matéria. Considera que Renan Calheiros fora mantido no cargo de presidente do senado para viabilizar a aprovação da propositura. Crítica a inexistência de limites para pagamento da dívida pública brasileira.
4 - CORONEL CAMILO Assume a Presidência.
5 - JOOJI HATO Comenta as características de felicidade e resiliência do povo brasileiro, mesmo em momentos de dificuldades sociais. Exibe vídeo sobre golpe contra familiares de pacientes internados em hospitais.
6 - JOOJI HATO Para comunicação, sugere a liberação do trânsito em acostamentos de rodovias estaduais durante feriados prolongados, como forma de evitar congestionamentos e acidentes.

7 - CARLOS GIANNAZI Comenta notícia de delação premiada da Odebrecht, na Operação Lava Jato, que envolve o governor Geraldo Alckmin. Cita tentativas de instalação de CPis, nesta Casa, com intuito de investigar diversas denúncias contra o governo estadual. Manifesta expectativa de que as investigações sejam aprofundadas e reforcem as acusações antes alertadas por este deputado. Informa que elaborara projeto contra decreto do governo estadual que aumenta impostos de venda de carros usados no Estado. Considera que a medida deve aumentar o desemprego nas lojas revendedoras de veículos. Discorre sobre as dificuldades por que passam servidores de diversos setores públicos estaduais. Pondera que os ajustes fiscais propostos pelo Governo favorecem os setores empresariais em detrimento da classe trabalhadora.

8 - JOOJI HATO Assume a Presidência.
9 - CARLOS GIANNAZI Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE JOOJI HATO Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 12/12, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra a realização de sessão solene no mesmo dia, às 10h, com a finalidade de "Prestar homenagem à Marinha do Brasil e ao seu Patrono, Almirante Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré e Comemorar o Dia do Marinheiro". Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.
